

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

JOSÉ RINALDO ANDRADE FERREIRA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DE
APRENDIZAGEM CIDADÃ.**

CEARÁ
2010

JOSÉ RINALDO ANDRADE FERREIRA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DE
APRENDIZAGEM CIDADÃ.**

Plano de Ação Educacional apresentado Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau especialista em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientação: Equipe de suporte acadêmico CAED/UFJF.

CEARÁ
2010

RESUMO

Este trabalho analisa a gestão democrática e participativa, suas conquistas e perspectivas de atuação num contexto globalizado tendo como prioridades voltadas para o processo pedagógico e administrativo. Enfatiza também os mecanismos usados para dar sustentação à administração democrática e participativa na escola pública. Apresenta também algumas considerações sobre a presença marcante da comunidade na escola, onde a mesma deverá estar pronta para uma convivência democrática e participativa. Outro fato relevante é a construção do projeto Político Pedagógico que deverá atender para a realidade educativa, envolvendo a comunidade nesse processo. Essas considerações mostram que a escola e a comunidade devem andar juntas a fim de que possa garantir o direito a uma educação de qualidade. Procurando conhecer a realidade da escola, em relação à gestão na escola, foi feita uma pesquisa baseada no tema Gestão Democrática da Educação numa perspectiva histórica, onde foi aplicada uma entrevista com o diretor e com cada um dos representantes dos diversos segmentos da Escola de Ensino Médio Aracy Magalhães Martins, um professor, um funcionário, um aluno, e um pai. Realizou-se também estudos através de pesquisa bibliográfica e pode-se destacar dentre os autores estudados.

Enfim, a busca da gestão escolar democrática exige um trabalho de formação e investimento na comunidade escolar.

PALAVRAS CHAVES: Democracia – Mudança- Conquista.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	05
FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	
1- CONTEXTO HISTÓRICO:	
AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL E A EDUCAÇÃO.....	08
2. GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESCOLA PÚBLICA UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇAS	11
2.1 A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NO ESPAÇO ESCOLAR	12
2.2 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA	14
2.3. ADMINISTRAR UMA AÇÃO COLETIVA	14
2.4. CONSTRUINDO UMA NOVA ESCOLA ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO ..	15
2.5. O NOVO PAPEL DA ESCOLA	16
2.6. GESTOR ATUAL E SUAS COMPETÊNCIAS	17
2.7. IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DA PRÁTICA PARTICIPATIVA NA GESTÃO DEMOCRATIVA DA ESCOLA	17
3- OBJETIVO, METAS E AÇÕES	19
4- PESSOAS E RECURSOS PESSOAS	21
5- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	23
CONSIDERAÇÕES.....	24
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

Durante minha vida, sempre sonhei em colaborar para a formação pessoas ativas e participativas para sociedade. A descoberta da vocação para o magistério aconteceu na etapa final da Educação Básica e tornou possível a concretização do meu sonho. Toda minha formação escolar aconteceu na rede pública de ensino, fato que me orgulha muito. Hoje, sou Graduado em Pedagogia (1997) e em Ciências da Matemática (2007) e Especialistas em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio (2002), sendo todos cursados na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

Consegui ingressar na Rede Estadual de Ensino do Ceará em 1997, quando fui aprovado em concurso público. Em 1998, passei a lecionar a disciplina de Matemática, no ensino médio, na Escola de Ensino de Fundamental e Médio Frei Policarpo, na cidade de Canindé. Em 2001, após o estágio probatório, pedi transferência, para cidade de Santa Quitéria, onde mora toda minha família. No ano seguinte, ingressei na Escola Estadual de Ensino Médio Aracy Magalhães Martins, onde lecionei a disciplina de Matemática até o ano de 2009.

Nessa trajetória Educacional que tenho, sempre almejei fazer parte do Núcleo Gestor de uma escola pública. Em 2009, o Governo do Estado do Ceará, zelando pela democracia nas escolas, realizou concurso público para formação dos núcleos Gestores das Escolas, no qual participei e fui aprovado. Em outubro de 2009 recebi o convite para o cargo de Coordenador Escolar na Escola de Ensino Médio Aracy Magalhães Martins. Minha satisfação foi enorme, pois estou tendo a oportunidade de passar por quase todos os segmentos desta escola começando como aluno e já desempenhando como profissional, as funções de professor, Coordenador da Área de Ciências da Natureza e Matemática e atualmente Coordenador Escolar.

Desde quando ingressei na universidade, tinha o pensamento de me preparar para oferecer minha contribuição no processo educacional, como membro do Núcleo Gestor e, seguindo uma linha gradativa, venho me preparando para assumir as responsabilidades dos cargos que estão a serem preenchidos, sempre buscando a qualificação para enfrentar os novos desafios em minha vida profissional.

No atual contexto, o Brasil tem colocado como foco na escola, com o intuito de avançar nas mudanças que trazem a melhoria do ensino. Por isto, um novo enfoque será dado na maneira de administrar a escola.

Após a Constituição Federal de 1988, a gestão democrática e participativa ganhou novos rumos e, embora de forma lenta, as mudanças vêm ocorrendo sistematicamente.

Com esse trabalho busca-se verificar os mecanismos utilizados na escola para elaborar e desenvolver ações que visem o processo de gestão democrática. Bem como sinalizar que novos paradigmas estão surgindo, analisar fundamentos e dimensionar as formas de agir da escola, diante de sua função de preparar o educando para integrar-se na sociedade e atuar num mercado de trabalho que exige profissionais ágeis, competentes e democráticos.

Mostraremos também que a gestão democrática e participativa enfrenta desafios e perspectivas que apontam como resultado da mudança de comportamento dos gestores como também na mudança dos próprios governantes.

Com relação aos mecanismos, a escola procura canalizar ações consistentes e efetivas fazendo com que a comunidade onde está inserida se integre em busca de qualidade e da melhoria do ensino e da aprendizagem.

O fortalecimento da escola nesse processo participativo veio através de inovações significativas da Constituição Federal de 1988 como a Lei e Diretrizes de Base da Educação e da participação do docente que veio para complementar o processo democrático que hoje toma corpo e forma na escola. Por fim, enfocaremos o papel do gestor e suas competências, e do novo papel da escola que é o espaço gerador da democracia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. CONTEXTO HISTÓRICO: AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL E A EDUCAÇÃO

Convenhamos lembrar que a escola segundo Pennin & Vieira(2001. 17): “**representa a instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado.**” Sua função social, porém tem sofrido variações ao longo do tempo, relacionando-se aos diferentes momentos da história, às culturas de países, regiões e povos. Isto porque, cada sociedade e cultura, criam suas próprias formas de educação e escolarização.

O Brasil teve seu desenvolvimento tardio em matéria de educação. A herança colonial, o legado jesuítico, o descaso para com a escolarização das massas, entre outros motivos, responderam por uma trajetória de escassas luzes nesse campo. Até 1822, a educação no Brasil esteve atrelada às diretrizes vindas de Portugal. Somente com a Constituição de 1824 é que encontramos referência aos problemas educacionais do Brasil.

Até o advento da República houve duas importantes reformas na educação: a primeira Regulamentava o ensino particular e a segunda dava ampla liberdade em matéria de instrução. Os direitos e liberdades encontradas na Constituição do Império foram mantidos, exceto os que se relacionavam com a Religião.

Até 1930 manteve-se a Constituição de 1890, embora tenha havido algumas emendas, para solucionar alguns problemas surgidos na época. Após a Revolução de 1930, houve um período de transição e, em 1934, tivemos uma nova Constituição que determina no Artigo 139 a obrigação para as empresas agrícolas e industriais “fora dos centros escolares e onde trabalham mais de 50 pessoas, pelo menos 10 analfabetos proporcionar ensino gratuito do grau primário” Art. 150, itens “a” e “e”, parágrafo único. O ensino primário além de gratuito tornou-se obrigatório no idioma pátrio.

Em 1937, com a Nova Ditadura chamada de Estado Novo foi implantada uma Nova Constituição e, com ela, apareceu o ensino pré-vocacional e profissional como dever do Estado, destinados aos menos favorecidos.

Em 1964 o país passou por transformações e muita coisa foi mudada, em 1967 entra em vigor mais uma Constituição onde ficou estabelecido que a faixa etária obrigatória até 14 anos e concurso público de provas e títulos quando se tratar do ensino oficial.

No Ceará, em 1964, cuidava-se da escola itinerante e escola de Artes e Ofícios. Esta Constituição deu competência aos estados e Distrito Federal para se organizarem e manterem sistemas educativos, respeitando as diretrizes estabelecidas pela União Art. 151, além da formação do Fundo de educação, Art. 151.

O movimento em favor da democratização e da descentralização da gestão das escolas públicas iniciado na década de 1980 se fortaleceu com a reforma da nova LDB e com a Constituição Federal de 1988, que significou a reconquista da cidadania sem medo. Nela a educação ganhou lugar de altíssima relevância. O país inteiro despertou para esta causa comum.

Na Constituição de 1988 está o principal fundamento da Gestão Democrática do ensino público, pois além de prevê-la expressamente no Art. 206 institui a democracia participativa e possibilita o exercício direto do poder Art. 1 e o regime de colaboração entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Quanto aos princípios norteados do ensino, essa Constituição afirma o seguinte:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- VI – Gestão democrática do ensino público na forma da lei:
- VII – Garantia de padrão de qualidade.

Este movimento concentrou-se em 3 vertentes básicas da gestão escolar:

- 1- Participação da comunidade escolar na seleção dos diretores da escola.
- 2- Criação de um colegiado/conselho escolar que tenha tanto autoridade deliberativa quanto poder decisório:
- 3- Repasse de recursos financeiros ás escolas e consequentemente aumento de sua autonomia.

O movimento pela gestão democrática em educação reconhece a necessidade de unir estas mudanças estruturais e de procedimentos com ênfase no aprimoramento escolar, por meio de um projeto pedagógico compromissado com a promoção de educação em acordo com as necessidades de uma sociedade moderna e mais justa. (HELOISA LUCK, p. 166).

A LDB nos seus artigos 3 e 14 reforça essa participação:

Art. 3... Dos princípios e fins da Educação nacional

VIII – Gestão Democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino.

XI – Vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais.

(...)

Art. 14 Princípios da Gestão Democrática.

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

II – participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes.

Ao longo da história da escola pública, pode-se dizer que a comunidade praticamente esteve ausente das gestões educacionais. Mas, como vimos anteriormente, a Constituição Federal de 1988, estabeleceu bases para uma mudança radical e efetiva nesse assunto. No entanto, a comunidade tanto externa quanto interna à escola parece que ainda não está muito preparada, salvo algumas exceções, para essa participação, até porque sempre estiveram à margem dessas decisões e, em sua maioria, só opinavam quando eram solicitadas.

Mapeada e ampliada em momentos históricos para responder à complexidade das organizações, a administração se assenta em teorias para se dar conta dos objetivos propostos, possibilitando a sua transformação em ações concretas.

Estar no mundo da história da administração, identificar as peculiaridades dos espaços organizacionais, trabalhar com conceitos técnicos administrativos possibilitará ao gestor interação com um processo que é essencialmente humano, isto é, gerenciar recursos humanos além dos administrativos.

2. GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESCOLA PÚBLICA – UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇAS

A sociedade brasileira exige uma escola democrática e participativa, mas isto implica em mudanças na estrutura do poder, tornando-a menos hierarquizada ensejando a descentralização da administração e a socialização nas tomadas de decisões.

Gadotti afirma que: “A gestão democrática da educação faz parte da natureza do ato pedagógico. Ela se fundamenta numa concepção democrática contra uma concepção centralizadora e autoritária.(P. 79).

Nota-se que a gestão democrática e participativa dentro do contexto histórico social exerce sobre a educação um movimento positivo e, com relação às escolas, proporciona uma maior integração entre elas e as administrações estadual e municipal, como também uma maior autonomia nas atividades internas da escola.

A implantação da gestão democrática exige com tudo que a escola crie recursos e mecanismos capazes e eficientes para permitir as novas ideias pedagógicas surgidas do coletivo da escola.

A gestão participativa assume importância estratégica na escola entendida como meio de sustentação para o envolvimento da comunidade escolar local e para o sucesso da escola como um todo. Essa escola tem a função de formar um indivíduo capaz de se inserir no mundo contemporâneo, como sujeito ativo, transformador e construtor do seu próprio mundo e da sociedade como um todo.

Sabemos que através da participação aprendemos a respeitar, expandir limites, fazer alianças e parcerias, reivindicando melhorias na infra-estrutura, como também propor formas de melhoria na qualidade do ensino. Todos juntos temos mais chances de encontrar caminhos para atender as expectativas da sociedade em relação à função educativa da escola.

Segundo Maria Auxiliadora Campos, Professora da UFMG: “Nessa concepção de escola entende-se que ela é universal. É uma escola unificada, mas que respeita as diferenças locais, regionais e individuais. Essa escola democrática que enfatiza a participação situa a unidade escolar como eixo e centro do processo pedagógico e administrativo.

Mas, para que essa escola possa ter uma gestão democrática é preciso dotá-la de autonomia, pois, a idéia de autonomia é intrínseca a idéia de democracia.

2.1 A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NO ESPAÇO ESCOLAR

A democracia requer a contribuição da escola. Ao longo do tempo, filósofos, cientistas políticos e educadores se manifestaram, expressando suas opiniões acerca do papel da educação na e para a democracia.

Hoje talvez, como em nenhum momento da história, tem havido um debate intenso sobre o assunto, pois educação e democracia estão inseridas num contexto histórico único.

Nadir(2002) afirma que a democracia já foi definida como: “um conjunto de procedimento para poder conviver racionalmente, dotando de sentido uma sociedade cujo destino é aberto, porque acima do poder soberano do povo já não há nenhum poder”.

Pode-se dizer que hoje, a democracia tem um valor consensual entre os brasileiros, sendo esse valor referendado pela Constituição de 1998 e pela legislação educacional.

Sabemos que falar de democracia é muito fácil, mas vivê-la na prática se torna uma tarefa complicada devido às implicações decorrentes do fator democrático em si mesmo. Os fatos que envolvem a participação coletiva não costumam ser simples em sua origem e, até mesmo, em sua execução.

A democracia está presente na Constituição Federal e nas diferentes leis inclusive nas educacionais. Ela pressupõe a possibilidade de uma vida melhor para todos independentemente da condição social, econômica, religiosa, na convivência com seus semelhantes e no acesso aos bens culturais. A escola é um lugar privilegiado onde ocorre a convivência e o acesso aos bens. Por isso dizemos que Democracia e Educação são inseparáveis.

Numa sociedade democrática a escola assume vários papéis, um deles, com certeza, é assegurar a todos igualdade de condições para a permanência bem-sucedida na instituição escolar.

Observamos dentro da escola a diversidade de papéis que temos que assumir, por isso a gestão, o diretor e coordenadores não podem administrar isoladamente, como reflete o princípio da gestão democrática do ensino público na Constituição e na LDB.

A escola na verdade, por suas características, é um lugar privilegiado de exercício da democracia como valor e como processo, e é também o lugar onde as

crianças e jovens aprendem os direitos do outro que lhes permitem situar o seu direito individual com os direitos do outro. Entre eu e o outro existe nós, um princípio básico de convivência democrática.

A escola de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra. (PATRICE CANIVEZ, 1998).

Vale ressaltar que todo o processo democrático deve estar voltado à participação efetiva da comunidade escolar. Por isso é preciso criar no espaço escolar mecanismos de sustentação para garantir a gestão democrática e participativa, dentre os quais podemos citar:

- Criação dos Conselhos escolares;
- Colegiado;
- Grêmios escolares.

Mas, é importante lembrar que os mesmos só serão eficazes num conjunto de medidas políticas e num planejamento estratégico. O conselho Escolar é a base da democratização da gestão escolar.

A partir dessa exposição vimos que a democracia é construída no cotidiano da escola sendo resultado de um trabalho realizado no seu interior através de mecanismos da participação que conduzem à Democracia e à Educação como instrumentos essenciais na construção do progresso social e humano.

2.2 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA

A partir das últimas décadas tem se intensificado as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de um ensino público de qualidade. Mas para isso é necessário que a comunidade participe de modo mais ativo na gestão, de modo que ganhe cada vez mais autonomia em relação aos interesses dos dominantes representados pelo poder público nas diversas áreas. Experiências diversas têm sido desenvolvidas nos últimos anos pela escola pública, buscando uma maior aproximação junto à comunidade. A realização de atividades culturais, desportivas e

de outra natureza entre a comunidade escolar em sentido estrito e amplo, favorece o diálogo e colabora no estabelecimento de um clima de confiança e compreensão mútua.

A convivência entre a escola e a comunidade requer boa vontade e interesse das partes envolvidas. Quando isso ocorre, as coisas começam a acontecer, e a escola começa a ser valorizada novamente pela comunidade.

Como diz o Relatório Final da Conferencia de Educação, realizada em Dacar em abril de 2002:

(...) a educação enquanto um direito humano fundamental é a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a Paz e a estabilidade dentro e entre países é portanto um meio indispensável para alcançar a participação efetiva na sociedade e economia do século XXI. (UNESCO. 2000 p. 6)

O Projeto político Pedagógico é um instrumento que explicita a intencionalidade da escola como instituição, indicando seus rumos e direção. Ao ser construído coletivamente permite que os diversos atores expressem suas concepções (de sociedade, escola, relação ensino/aprendizagem, avaliação etc.) e seus pontos de vista sobre o cotidiano escolar.

2.3. ADMINISTRAR UMA AÇÃO COLETIVA

Construir um ambiente democrático não é tarefa das mais fáceis e, por isso, é necessário buscar parceiros nessa empreitada. Quem ocupa cargo de liderança como o Gestor de escola precisa se dispor da postura de chefe, a fim de criar um ambiente onde todos possam ter voz e vez, dando idéias, fazendo e recebendo críticas e sabendo administrar os conflitos.“Administrar democraticamente o espaço escolar é uma atividade que exige comprometimento com o fazer educação.” (Nadir e Maria Teresa. 2002. p. 40 - PROGESTÃO)

Para administrar coletivamente é preciso ter algumas habilidades: Primeiro saber ouvir, talvez a mais difícil, afinal as discussões dependendo do tom do interlocutor pode virar um “bate boca”.

Acredita- se que as divergências podem ser valorizadas quando há respeito e consciência de que a formação também se dá com a contribuição do outro, é preciso garantir tempo e espaço para o debate. Em síntese, os gestores

escolares precisam criar um clima de abertura e respeito em que todos possam criticar e sugerir sem medo de represália. O trabalho coletivo é uma responsabilidade da direção. Aprender a trabalhar em conjunto é um objetivo de formação que se impõe hoje para todos e em qualquer situação. Na verdade é uma condição necessária para a formação da cidadania numa sociedade democrática.

O trabalho coletivo é uma meta a ser perseguida pelos dirigentes escolares, uma vez que o trabalho educativo mais que qualquer outro é constituído por uma ação conjunta de vários personagens que atuam nesse processo..

Algumas conquistas advindas de uma administração coletiva são:

- democratização das relações no interior da escola;
- a re-construção da auto-estima do professor;
- criação de lideranças mais facilitadoras do que ordenadoras;
- comunidade influindo mais efetivamente na escola;
- superação das culturas personalistas.

2.4. CONSTRUINDO UMA NOVA ESCOLA ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO

A gestão escolar numa perspectiva histórico-social tem características próprias advindas de sua condição de escola. Hoje nos deparamos com uma sociedade que aprende e se desenvolve de forma diferente e rápida. Nesta era de incertezas a tecnologia e a competitividade promovem mudanças profundas na vida da escola e exigem ações rápidas e eficazes.

O conhecimento passou a ser a mola propulsora do mundo moderno e as escolas podem e devem acompanhar a sociedade nesse ritmo crescente e constante. Nesse sentido, a gestão democrática é, sem dúvida nenhuma, um dos caminhos para a inserção da escola nesse mundo de transformações. Portanto, a escola deve se preparar para desenvolver sua capacidade de participação, reflexão e auto gestão.

2.5. O NOVO PAPEL DA ESCOLA

Nas escolas e nos sistemas de ensino a gestão democrática tem por objetivo envolver todos os segmentos interessados na construção dessa proposta de

participação a fim de promover uma educação. A LDB 9394/96, em seu artigo primeiro, afirma essa educação de qualidade:

(...) abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O aprendizado democrático pressupõe a capacidade de discutir, elaborar e aceitar regras coletivamente, assim, como a superação de obstáculos e conflitos por meio do diálogo.

A escola deve incentivar a participação de todos nas ações relacionadas com a garantia do direito a uma educação de qualidade, nas tomadas de decisão a fim de aperfeiçoar os resultados que a escola que almeja.

A implementação de mudanças mais profundas na escola que possibilitem uma melhor adequação às novas demandas sociais proporcionando uma educação de qualidade, requer alterações na concepção da gestão das organizações escolares. Aquele modelo de gestão que utiliza processos mecânicos de decisão e repetição acrítica das velhas soluções, terá que ser substituído por um novo modelo, mais dinâmico e flexível que possibilite as adaptações necessárias e com a rapidez desejável. (Alexandre Thomaz Vieira p. 14)

Sabemos que participar é um processo educativo, pois permite confrontar idéias, argumentar com base nos diferentes pontos de vista, expor novas concepções e alternativas.

2.6. GESTOR ATUAL E SUAS COMPETÊNCIAS

É toda uma histórica filosófica e política que se reforçou em 20 anos de ditadura e está no cerne da questão. Trata- se da dificuldade dos diretores em administrar com democracia e participação. Alguns diretores ainda se prendem a padrões tradicionais que o impedem de perceber a realidade da escola no atual contexto histórico no qual está inserida.

Hoje os tempos são outros e o gestor precisa ter uma percepção abrangente das relações entre a escola e a comunidade. A competência do gestor implica em primeiro lugar no domínio de um saber que permite o desempenho de

sua função, e em segundo lugar uma visão relativamente integrada e articulada entre escola e comunidade.

Além de tudo os gestores devem ver a escola, o sistema educacional e a sociedade como um todo a fim de que possa ter conhecimento de como os determinantes de ordem política – social e econômica contribuam ou não para que o processo ensino-aprendizagem alcance seus objetivos.

2.7. IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DA PRÁTICA PARTICIPATIVA NA GESTÃO DEMOCRATIVA DA ESCOLA

Além das implicações políticas, filosóficas e sociológicas entre outras, merecem destaque as implicações pedagógicas com relação aos alunos, à comunidade e à própria escola.

Segundo Paulo Freire:

“Para que o homem faça história e não seja levado por ela, e se torne ativo e criativo nos períodos de transição é preciso que se eduque não para a domestificação, mas, para a libertação. Para isso é necessário sempre revisar os sistemas educacionais, seus programas e mudança na maneira de administrar. O processo de redemocratização dos pais que se introduziu com a promulgação da Constituição cidadã de 1988 tem sido marcado pela busca de novos caminhos para a educação.

A ação pedagógica está pautada num processo de participação e, por consequência, numa gestão democrática e também numa interação entre escola e comunidade, professor e alunos em que todos aprendem, todos se educam para democracia. Isto é através da gestão democrática na escola, ou seja, a gestão colabora no desenvolvimento do aluno que é ao mesmo tempo objeto do processo educativo e sujeito principal desse processo.

Com relação ao professor, este se integra em várias ações surgidas na escola, dando-lhe a oportunidade de trabalhar coletivamente o Projeto Político Pedagógico, os planos, as estratégias e a missão da escola que os conduzem a participar das decisões da escola juntamente com os gestores. Com relação aos pais, numa gestão participativa, eles exercem uma parceria mais sólida fazendo parte do Conselho Escolar.

Vale salientar que a tarefa essencial da escola é educar os alunos para os valores da democracia e que a administração, entendida e assumida como prática participativa, é um dos elementos decisivos mais importantes para a efetivação de uma forma democrática de organizar o trabalho pedagógico da escola.

OBJETIVO, META (S) E AÇÃO (ÕES)

3.1 OBJETIVOS

GERAL

Mostrar como a participação dos segmentos modifica o ambiente escolar de forma que o modelo de gestão democrática, que as escolas públicas desenvolvem, vem favorecendo a uma ampla participação na construção e no direcionamento das ações educativas efetivadas pela escola.

ESPECÍFICOS:

- Mostrar para a sociedade como os teóricos tratam a gestão democrática nas escolas públicas;
- Observar como deve ser a postura do gestor escolar frente ao processo de planejar coletivamente na perspectiva de uma gestão democrática.
- Mostrar como deve ser realmente a construção do projeto pedagógico de uma escola;
- Conscientizar toda a comunidade escolar que uma escola só é possível se tiver uma participação de todos que a compõem.

3.2 Meta(s) e Ação (ões)

META	AÇÃO
<p>- Mostrar qual é a função do gestor escolar frente ao novo processo de planejar coletivamente exigido na gestão democrática;</p>	<p>- Orientar e conscientizar os professores da necessidade de planejar atividade que envolva atividades extra-classe para envolver a comunidade no processo educacional.</p>
<p>- Identificar as ações e instrumentos necessários à implantação efetiva da gestão democrática na escola pública.</p>	<p>- Organizar reuniões colegiadas, envolvendo representantes dos diferentes segmentos escolares.</p> <p>- Envolver a comunidade escolar e da comunidade em atividades esportivas e culturais.</p>
<p>- Planejar junto aos professores soluções para as dificuldades encontradas na escola.</p>	<p>- Desenvolver atividades de formação dos professores com profissionais especializados que contribuam para melhorar o aprendizado e, consequentemente, melhorar o ambiente escolar.</p>

3- PESSOAS E RECURSOS PESSOAS

Cargo/ função	Responsabilidade
Gestor escolar	Planejar, implementação, acompanhamento e avaliação das propostas.
Professores	São os principais responsáveis para que as ações planejadas aconteçam agindo de forma interativa, onde as disciplinas possam estar interligadas.
Pais, responsáveis e representantes da comunidade.	Auxiliar no planejamento e execução das ações propostas.
Alunos	Mostrar as demandas da comunidade escolar e a necessidade de desenvolvimento das atividades culturais, valorizando os talentos, principalmente da comunidade.

RECURSOS

Elementos de despesas	Definições de recursos	Custo
Material de consumo	Tonner, papel ofício, pincel e material esportivo.	R\$ 4.000,00
Serviços de terceiros	Palestrantes, árbitros para competições e técnicos.	R\$ 2.000,00
Pessoa jurídica	Compra de material	R\$ 4.000,00

	áudio visual como: data show, aparelho de DVD, caixa de som amplificada, pendrive e outras despesas.	
Outras despesas	Serão utilizados materiais encontrados na escola.	Sem custo
TOTAL		Total R\$ 10.000,00

5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação

AÇÃO	Acompanhamento/ Avaliação (Indicadores)
Promover ações formadoras para os professores com profissionais especializados.	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhar o cumprimento do cronograma das ações de formação;- Atas de reuniões de planejamento e das ações de formação;- Relatório mensal das realizações e ações planejadas.
Planejar encontros mensais com palestras de acordo com a necessidade da escola e dos professores.	<ul style="list-style-type: none">- Verificação do cumprimento do cronograma dos encontros;- Ata dos encontros;- Relatórios mensais, apresentando avaliação das atividades desenvolvidas.
Organizar atividades culturais e esportivas mensais para envolver a comunidade escolar.	<ul style="list-style-type: none">- Verificação do cumprimento do cronograma das atividades culturais e esportivas mensais;- Atas com relatórios das atividades desenvolvidas;- Relatório trimensal de atividades de avaliação das atividades, e reorganização do planejamento, caso seja necessário.

Deverá ser elaborado relatório anual com apresentação de propostas de ações para serem desenvolvidas no ano seguinte. Deverão conter, também, sugestões para novas ações que possam complementar e ampliar as previstas no PAE, visando à melhoria das mesmas no âmbito da Estadual de Ensino Médio Aracy Magalhães Martins.

CONSIDERAÇÕES

No decorrer desse trabalho busquei demonstrar o processo de administração democrática e participativa como meio de melhorar a qualidade da escola e como caminho possível para uma convivência democrática dentro da escola. Ficaram claros os vários mecanismos tais como a descentralização financeira e o envolvimento do colegiado nas decisões da escola que implementam uma administração democrática e participativa.

A administração, ao se efetivar como prática democrática de decisão, deve ser capaz de garantir a participação de todos os segmentos da comunidade escolar a fim de que assuma o papel de responsável no Projeto Pedagógico da escola e por extensão da comunidade na qual a mesma se encontra inserida.

A conclusão encontra seu pressuposto no encontrar caminhos para atender as expectativas da sociedade a respeito da função da escola.

Vale ressaltar que todo processo escolar está pautado na participação efetiva da comunidade escolar sendo necessário salientar que sua participação é de fundamental importância para o processo aconteça com sucesso.

Diante da pesquisa realizada esperamos contribuir para que a postura do diretor se ainda não vivencia a democracia participativa, seja repensada e, assim, à administração possam integrar-se aos anseios da comunidade na qual a escola se encontra inserida. É, na prática, que se gasta a consciência, e é através da prática da administração que a comunidade escolar vivencia situações de cidadania próprias da dinâmica social e do papel do cidadão nessa dinâmica.

REFERENCIAIS BIBLIOGRAFICOS

ALONSO, Mirtes (in apud). Formação de Gestores Escolares, Cap 3 – O trabalho coletivo na Escola - 1^a edição - maio de 2002 - Editora Takano.

COLETÂNIA. Vida na Escola – os caminhos do saber coletivo AMAE maio de 1994 - José Leão Marinho Falcão – Auxiliadora Campos Araújo p. 42.

GADOTTI. Moacir – Autonomia da Escola – São Paulo – Cortez, 1997.

LACERDA, Beatriz Pires de Administração - Escolar 2^a edição renovada e atualizada - S. Paulo - Editora Pioneira - 1977.

LUCK. Heloisa (et. al) – A escola participativa: O trabalho do gestor escolar - 5^a edição - R. de Janeiro - PP&A 2001 p. 166.

NADIR e Maria Teresa, Gestão Democrática na Escola – 2002 – PROGESTÃO.

PARO. Vitor Henrique – Gestão democrática da escola publica - 2^a edição S. Paulo - Ática 1988 p. 119.

PRAIS, Maria de Lourdes Melo Administração - Colegiada na Escola Pública - 4^a edição Campinas S. Paulo 1996 p. 109.

REVISTA, Gestão em Rede . n° 35 – abril – 2003.

VIEIRA. Alexandre Thomaz – (in apud) Formação de Gestores Escolares - Cap 2 - Entendendo a escola como organização, p. 18/19.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n° 9394/96).

MEC. Gestão da Escola Fundamental (UNESCO).

Referências não estão adequadas à ABNT. Veja as indicações do site:
<http://www.cdcc.usp.br/cda/sessao-astronomia/sessao-astronomia-padrao/referencia-bibliografica-ufrgs.htm> e faça as devidas correções.

OBSERVAÇÕES

Quanto ao questionamento das referências não entendi pois não pesquisei em sites, e sim em livro e leis foram retiradas de livros impressos.